



**DOSSIÊ: ESTUDOS
LINGÜÍSTICOS**

ISSN: 1517-7238

Vol. 12 nº 22

1º Sem 2011

p. 217-240

OS CAMINHOS DA LINGUAGEM: UMA REVISÃO HISTÓRICA

ROSA, Eliane Kreutz (PG-Unioeste)⁷²

DAMKE, Giro (Unioeste)⁷³

⁷² Mestranda do Programa de Mestrado em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Cascavel/PR. E-mail: elianekreutz@hotmail.com

⁷³ Doutor pela Ruprecht-Karls Universität Heidelberg - Alemanha; Professor do Curso de Letras da UNIOESTE, *campus* de Marechal Cândido Rondon/PR e do Programa de Mestrado Linguagem e Sociedade da UNIOESTE, *campus* de Cascavel/PR.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo abordar a história da linguagem desde a Antiguidade até o Estruturalismo de Saussure (2003), relacionando os conceitos de signo linguístico e língua/linguagem com os pressupostos da Sociolinguística, ciência que estuda a linguagem em seu uso na sociedade. Trata-se de uma abordagem objetiva e sucinta das diversas correntes do pensamento sobre a língua ao longo da história, sobre as relações entre estrutura linguística e aspectos sociais e a estreita relação entre linguagem, identidade e sociedade. A presente abordagem poderá servir também como um embasamento mais uniformizador para qualquer estudioso da língua/linguagem em seus primeiros passos na caminhada de estudos e pesquisas sobre esse tema.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem; Identidade; Sociedade.

ABSTRACT: This article aims to address the history of language from Antiquity to the structuralism of Saussure (2003) relating the concepts of language and sign language with the assumptions of Sociolinguistics, the science of language use in society. It is a succinct and objective approach of the various currents of thought about language throughout history, on the relationship between linguistic structure and social aspects and the close relationship between language, identity and society. This approach could also serve as a foundation more uniform for any student of language in their first steps on the road studies and research on this topic.

KEYWORDS: Language, Identity, Society.

1 INTRODUÇÃO

Ao se propor analisar a linguagem como parte integrante e constitutiva do ser humano, que, segundo Alkmin (2004, p. 21), mantém estreita relação com a sociedade, tem-se como objetivo, neste artigo, descrever a trajetória da linguagem até o Estruturalismo, abordando as concepções de Ferdinand de Saussure (2003) e os pressupostos da Sociolinguística.

Não se pretende fazer uma abordagem pormenorizada e sim fazer uma abordagem numa visão mais objetiva das diversas correntes do pensamento sobre a língua ao longo da história.

A presente abordagem poderá servir também como um embasamento mais uniformizador para qualquer estudioso da língua/linguagem em seus primeiros passos na caminhada de

estudos e pesquisas sobre esse tema.

Desde a Antiguidade, os interesses acerca da linguagem existiram e seus estudos perpassam por diversos períodos, sendo estudados por pensadores da linguagem no decorrer dos séculos. A linguagem e sua transformação constituem tópico de estudo que

[...] advém dos mais remotos períodos históricos: do período clássico na Grécia antiga e em Roma; da Idade Média; do século XVIII até o século XX, no qual os estudos lingüísticos se intensificaram e construíram sua base, aperfeiçoando postulados e acrescentando novas teorias (HORA, 2004, p. 13).

Percebe-se, assim, que, ao longo da história da humanidade, o interesse pelo estudo da linguagem era (e continua sendo) tema recorrente e uma preocupação dos estudiosos que percebiam a linguagem como meio essencial de comunicação com características e capacidades humanas inatas. Diante disso, tentaremos, de forma breve e resumida, abordar, no eixo da diacronia, a (trans)formação da linguagem ao longo dos tempos.

2 A LINGUAGEM: PRIMEIROS PASSOS

A linguagem é a capacidade humana que nos distingue de outros seres, e, segundo Sapir, citado por Riegel (1981, p. 20), “é um método humano e não-instintivo de comunicar idéias, emoções e desejos por meio de um sistema de símbolos produzidos voluntariamente.” Essa capacidade humana se realiza sob forma de sistemas diferentes, que são as línguas, usadas, por meio de um código internalizado, com a finalidade de comunicação e interação social.

De acordo com Weedwood (2002, p. 24), os interesses pela linguagem têm origem na Antiguidade e seus estudos datam do século IV a.C., sendo desenvolvidos na Índia por gramáticos hindus, dentre os quais se destaca Panini, cuja pre-

ocupação era descrever minuciosamente sua língua. Já na Grécia, com Platão (429-347 a.C.), as preocupações voltavam-se na e para a palavra e seu significado, observando-se a possível relação entre elas.

Na Idade Média, os estudos a respeito da linguagem eram direcionados para a unidade da língua, e os estudiosos “consideravam que a estrutura gramatical das línguas é una e universal, e que, em consequência, as regras da gramática são independentes das línguas em que se realizam” (PEITTER, 2010, p. 12).

A partir dos séculos XVII e XVIII, surgem as gramáticas gerais marcadas pelo racionalismo, cuja preocupação era, além de estudar a linguagem como “mera representação do pensamento” (HORA, 2004, p. 13), fazer também com que os falantes utilizassem a linguagem com clareza e precisão, obedecendo aos princípios lógicos e racionais. Essa abordagem apoia-se no pressuposto de que “idéias claras e distintas devem ser expressas de forma precisa e transparente” (ORLANDI, 1992, p. 12).

Nos estudos a respeito da linguagem, acreditava-se na fixidez da língua e se buscava a língua ideal, cujas “descrições gramaticais tinham um caráter essencialmente normativo e filosófico” (HORA, 2004, p. 13). Essa tentativa de encontrar a língua ideal resultava na busca por uma gramática voltada para a unidade da comunicação humana, ainda que em meio ao crescente interesse em estudar as “línguas faladas no mundo, como consequência da curiosidade do homem do Renascimento, por tudo que o circundava na natureza e na sociedade” (CÂMARA J., 1975, p. 32).

O objetivo que os estudiosos buscavam era a lógica ante os fatos da linguagem, baseado na crença da unidade em relação à linguagem face à descoberta de outras línguas. Nesse sentido, Orlandi afirma que “o alvo que esses estudiosos querem atingir é a língua ideal – língua universal, lógica, sem equívocos, sem ambigüidades, capaz de assegurar a unidade da comunicação do gênero humano” (ORLANDI, 1992, p. 12).

Nos séculos XVII e XVIII, a preocupação acerca da lin-

guagem prossegue e, em 1660, surge a Gramática de Port Royal, de Lancelot e Arnaud que era “modelo para grande número de gramáticas do século XVII” (PETTER, 2010, p. 12). A autora ainda afirma que a *Gramática de Port Royal*

[...] demonstra que a linguagem se funda na razão, é a imagem do pensamento e que, portanto, os princípios de análise estabelecidos não se prendem a uma língua particular, mas servem a toda e qualquer língua (PETTER, 2010, p. 12).

Orlandi acrescenta que “outro grande momento importante para a história da Linguística, é o século XIX, o da Linguística Histórica, com as gramáticas comparadas” (ORLANDI, 1992, p. 13). Segundo a autora, esse período é marcado pela tentativa de reconstruir, pelo ideal romântico em detrimento ao ideal racionalista, a busca da origem, ou seja, a busca da língua-mãe. Diante do conhecimento cada vez maior de línguas, o ideal de universalidade cede lugar ao fato de que “as línguas se transformam com o tempo, independentemente da vontade dos homens, seguindo uma necessidade própria da língua e manifestando-se de forma regular” (PETTER, 2010, p. 12).

Ainda de acordo com Petter (2010, p. 12), é o estudioso Franz Bopp que se destaca nesse período face à “publicação, em 1816, de sua obra sobre o sistema de conjugação do sânscrito”. Para Bopp, o grego clássico, o latim, o persa e o germânico têm semelhanças entre si, as quais podem ser observadas também nas línguas europeias. Essa descoberta evidencia “que existe entre elas uma relação de *parentesco*, que elas constituem, portanto, uma *família, a indo-européia*” (PETTER, 2010, p. 13, grifos do autor).

Câmara Jr. (1975), ao abordar o linguista Wilhelm Humboldt e seus conceitos, aponta que esse estudioso, com base na ideia de língua como atividade humana, entende que

[...] a língua não é um produto para ser utilizado pelos falantes, ou como sugere o termo grego “*ergon*”, ela é, ao contrário, uma incessante criação de cada falante, ou como ele

mesmo exprimiui através de outro termo grego, uma “*energeia*” (CÂMARA JR., 1975, p. 38).

Na última metade do século XIX, surge uma nova corrente denominada neogramática. De acordo com Hora (2004, p. 13), os estudiosos dessa corrente consideram que “a língua é parte da coletividade e não um organismo independente” e “são os falantes que determinam a evolução da língua”, isto é, língua e indivíduo devem estar relacionados, ligadas um ao outro.

Ainda de acordo com o autor, os princípios dessa corrente são as leis fonéticas e a analogia: “as leis fonéticas não admitiam que houvesse exceção às mudanças fonológicas; a analogia buscava explicar as mudanças indicando que as formas mudadas seguiam padrões outrora existentes na língua” (HORA, 2004, p. 13).

Os neogramáticos também defendem a ideia de que a língua é um organismo, e como tal passa por constantes sucessões/transformações, as quais devem ser estudadas pela perspectiva histórica. Conforme afirma Orlandi,

[...] eles [os neogramáticos] construíram uma escrita própria para anotar as formas em sua evolução. [...] Por essa escrita, podemos ver, por exemplo, que o espanhol “lluvia” e o português “chuva” são parentes, tendo evoluído da mesma palavra latina “*pluviam*” (ORLANDI, 1992, p. 15, grifos da autora).

De acordo com Faraco (2005), representam esse pensamento: Hermann Osthoff (1847-1909), Karl Brugmann (1849-1919), August Leskien (1840-1916). Ainda segundo Faraco (2005), esses neogramáticos chegam a defender que as leis fonéticas guardam a mesma regularidade das leis naturais, ou seja,

Eles reiteravam, então, o princípio [...] de que as mudanças sonoras se davam num processo de regularidade absoluta, isto é, as mudanças afetavam a mesma unidade fônica em

todas as suas ocorrências, no mesmo ambiente, em todas as palavras, não admitindo exceções (FARACO, 2005, p. 140 – 141).

Essa linha de pensamento fez surgir uma oposição de ideias entre alguns estudiosos que se opunham à intransigência da visão neogramática e a criticavam por não aceitarem o caráter categórico das leis fonéticas. Dentre os opositores, destaca-se Schuchardt, que

[...] foi o maior oponente da teoria neogramática, principalmente no que se refere ao princípio das leis fonéticas. Segundo este autor, a língua é regulada por leis sociológicas, ou seja, no âmbito da mesma comunidade lingüística e do mesmo dialeto existem diversas falas individuais que exercem influência umas sobre as outras (HORA, 2004, p. 15).

Faraco (2005) aponta Schuchardt como um oponente dos neogramáticos por este último considerar que variedades como sexo, idade e escolaridade têm influência no processo de mudança lingüística e que o contexto social e cultural é condicionado às mudanças ou variações. Faraco (2005) diz que Schuchardt,

[...] ao se opor ao conceito da lei fonética, chamou a atenção para a imensa gama de variedades na fala existente numa comunidade qualquer, variedades essas condicionadas por fatores como o sexo, a idade, o nível de escolaridade do falante. Mais do que isso, ele mostrou como essas variedades se influenciam mutuamente, como as línguas em contacto [...] também se influenciam mutuamente (FARACO, 2005, p. 151).

A oposição que Schuchardt fez em relação aos neogramáticos diz respeito ao fato de a mudança sonora poder ser diferente de uma palavra para outra e de essa mudança ser lenta, progressiva e diferenciada, ou seja, a mudança é mais complexa do que sugeriam, a princípio, os neogramáticos, “por-

que tem a ver com o contexto concreto em que a língua é falada, contexto este que de forma alguma é uniforme e homogêneo” (FARACO, 2005, p. 151).

Dessa forma, fatores como idade, sexo e cultura, ainda que numa mesma comunidade linguística, não são os únicos fatores determinantes da variação da língua, pois quem determina a diversidade de falas e sua heterogeneidade são os usuários da língua e o contexto onde estão inseridos.

3 UMA PARADA: O ESTRUTURALISMO

O Estruturalismo surge no início do século XX e tem por objetivo estudar a língua na perspectiva de sistema/estrutura, haja vista que compreende

[...] que a língua, uma vez formada por elementos coesos, inter-relacionados, que funcionam a partir de um conjunto de regras, constitui uma organização, um sistema, uma estrutura. Essa organização dos elementos se estrutura seguindo leis internas, ou seja, estabelecidas dentro do próprio sistema (COSTA, 2010, p. 114).

Segundo Eagleton (1997, p. 129), “o estruturalismo, como a palavra mostra, ocupa-se das estruturas e, mais particularmente, do exame das leis gerais pelas quais essas estruturas funcionam”.

A característica essencial desse movimento é uma nova concepção dos fatos da linguagem. Trata-se da linguagem adquirindo um caráter de sistema em que os diversos elementos oferecem relações de solidariedade, formando entre si uma verdadeira estrutura. Orlandi (1992), a respeito do estruturalismo, afirma que:

Esta organização interna da língua, que Saussure chamava de sistema, seus sucessores chamarão de *estrutura*. Com esta noção procuram [os estruturalistas] valorizar a idéia que cada elemento da língua só adquire um valor na medida em que

se relaciona com o todo de que faz parte (ORLANDI, 1992, p. 24-25, grifos da autora).

Para Costa (2010, p. 114), “Saussure, o precursor do estruturalismo, enfatizou a ideia de que a língua é um sistema, ou seja, um conjunto de unidades que obedecem a certos princípios de funcionamento, constituindo um todo coerente”. Conforme analisam Corbari e Sella (2006, p. 208), com base em estudos feitos sobre Saussure, na obra *Curso de Linguística Geral* o linguista “dá novas definições metodológicas e teóricas à ciência da linguagem, o que lhe rendeu o título de pai da Linguística moderna”.

Considerando essa forma de tratar a questão da linguagem, Costa (2010, p. 115) aponta que “a abordagem estruturalista entende que a língua é forma (estrutura), e não substância”, e que:

[...] essa concepção de linguagem tem como consequência um outro princípio do estruturalismo: o de que a *língua deve ser estudada em si mesma e por si mesma*. É o que chamamos de *estudo imanente da língua* o que explica que toda preocupação extralinguística deve ser abandonada (COSTA, 2010, p. 115, grifos do autor).

Nessa perspectiva, se exclui a relação entre língua e sociedade, uma vez que a língua é estudada como fato isolado e enquanto sistema/estrutura e não como parte integrante e constitutiva do ser humano.

O *Curso de Linguística Geral* é a obra sobre a qual estão alicerçados os estudos da linguagem enquanto ciência. Segundo Orlandi,

O *Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916, sobre o qual se construiu todo o edifício da Linguística moderna, resulta de anotações de aula reunidas por e publicadas por dois de seus alunos: Charles Bally e Albert Sechehaye. A publicação do Curso teve suas dificuldades porque esses alunos não puderam, na época, contar com os manuscritos do

mestre, que os auxiliassem na reconstrução das aulas (ORLANDI, 1992, p.20-21).

A linguagem, para o mestre de Genebra, é a capacidade que o homem tem de comunicar-se por meios de signos orais e escritos. Segundo Saussure (2003, p. 12), “a matéria da Linguística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana”.

Quanto ao signo linguístico, este é, para Saussure (2003) a união entre significante (imagem sonora) e significado (representação mental/conceito), ou seja, “chamamos de signo a combinação do conceito e da imagem acústica” (SAUSSURE, 2003, p. 81). O signo linguístico não é só uma coisa com um nome e sim um conceito/ideia com uma imagem acústica que temos em nossa memória e que materializamos foneticamente quando desejamos emitir o conceito ao qual se relaciona; ou seja, o signo linguístico é “uma entidade psíquica de duas faces” (SAUSSURE, 2003, p. 80).

Essa relação entre significante e significado tem um sentido convencional, ou seja, se estabelece porque se tem um acordo, um contrato entre os falantes de uma mesma língua e esta língua é “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2003, p. 12).

A língua, na perspectiva saussuriana, é um código de signos (imagem acústica e representação mental) que permite codificar e decodificar mensagens. Trata-se também de um código/sistema específico que cada falante conhece. Nesse sistema de comunicação, a língua, é impessoal e igual para todos, é algo de uso social, pertencente à coletividade. O objeto de investigação, para Saussure, “é a língua (ideal) que é de natureza puramente psíquica e está depositada como produto social na mente de cada falante de uma comunidade. É exterior ao indivíduo e este não pode nem criá-la nem modificá-la” (HORA, 2004, p. 15).

Já a fala é, para Saussure (2003, p. 23), “um ato indi-

vidual de vontade e inteligência”, sendo, portanto a realização material ou o ato no qual o falante tem a possibilidade de extrair do código de signos (sistema) e de suas regras os elementos necessários ou extralinguísticos para a realização concreta da mensagem.

Conforme Hora (2004, p. 15), a fala tem, para Saussure, “uma natureza psicofísica, é a realização concreta da língua pelo sujeito falante, sendo circunstancial e variável, por isso ele a exclui de seus estudos”.

Saussure (2003) exclui a fala dos estudos linguísticos por considerá-la limitada pelo próprio sistema e centra seus estudos apenas na língua. Seu objetivo é analisar a língua apenas em sua estrutura, porém, a língua, de acordo com os pressupostos da Sociolinguística, é determinada pelas relações sociais, pelos seus falantes e pelo contexto em que está inserida.

Desse modo, a Sociolinguística surge com o objetivo de estudar a estreita relação entre linguagem e sociedade (ALKMIN, 2004), uma vez que a língua não pode ser analisada e estudada como matéria estanque e homogênea, estudada *em si mesma* e *por si mesma* (concepção estruturalista) e sim em suas múltiplas variações. O estudo dos fatores linguísticos não pode estar desvinculado das “situações reais de uso” (ALKIN, 2004, p. 31) e dos fatores sociais e extralinguísticos, como, por exemplo: idade, grau de instrução, faixa etária, classe social, entre outros.

Para tanto, em qualquer trabalho que envolva a língua(gem)⁷⁴ e suas variações, é necessário abordar o precursor dos estudos linguísticos em sua forma variacionista, William Labov.

4 UM NOVO ESTÁGIO: O SURGIMENTO DA SOCIOLINGUÍSTICA

Segundo Labov (2008), a Sociolinguística se encarrega de estudar a linguagem e sua diversidade na sociedade. O autor

⁷⁴ Baseados em Danke (1992), utiliza-se o termo *língua(gem)* pelo entendimento de que a língua, como estrutura, só existe por meio de seu uso, ou seja, da linguagem.

afirma que as línguas variam de acordo com a situação e são condicionadas por fatores extralinguísticos: faixa etária, etnia, classe social, gênero/sexo, grau de instrução, entre outros, e estes fatores influenciam o uso da língua no cotidiano.

Também Alkmin, em relação ao seu objeto de estudo, assegura:

Pondo de maneira simples e direta, podemos dizer que o objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a *comunidade linguística*, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos (ALKMIN, 2005, p. 31, grifos do autor).

Em relação ao surgimento da Sociolinguística, Cezario e Votre (2010, p. 146) afirmam que esta surgiu como resultado da insatisfação, por parte de vários linguistas, “dos modelos existentes que afastavam o objeto da linguística da realização da língua e de suas diversas manifestações”. Conforme apontam os autores,

O termo “sociolinguística” surge pela primeira vez na década de 1950, mas se desenvolve como corrente nos Estados Unidos na década de 1960, especialmente com os trabalhos de Labov, bem como os de Gumperz e Dell Hymes e a conferência de *The Dimensions of Sociolinguistics*, de William Bright, publicada em 1966 sob o título de *Sociolinguistics* (CEZARIO; VOTRE, 2010, p. 141, grifos do autor).

Os autores continuam sua abordagem afirmando que a Sociolinguística tem como objetivo estudar

[...] a língua em seu tempo uso real, levando em consideração as relações entre estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Para essa corrente, a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como estrutura autônoma, independente do con-

texto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação (CEZARIO; VOTRE, 2010, p. 14).

Também Alkmin (2004), em relação ao objeto de estudo da Sociolinguística e seus pressupostos, diz que,

Pondo de maneira simples e direta, podemos dizer que o objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a *comunidade lingüística*, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos lingüísticos (ALKMIN, 2004, p. 31, grifos do autor).

A autora ainda afirma que “a tradição de relacionar linguagem e sociedade, ou mais precisamente, língua, cultura e sociedade, está inscrita na reflexão de vários autores do século XX” (ALKMIN, 2004 p. 24) e cita alguns nomes relevantes pelos seus estudos e pelas referências obrigatórias quando o assunto é linguagem e sociedade: Mikhail Bakhtin, Émile Benveniste, Roman Jakobson, Marcel Cohen e Antoine Meillet.

Na perspectiva da Sociolinguística, estudar uma língua e consequentemente sua linguagem não significa apenas incorporar um conjunto de itens de vocabulário ou aprender e apreender um conjunto de normas para a estruturação de um enunciado, e sim estudá-los como objeto contextualizado, levando-se em consideração os falantes-interlocutores e as circunstâncias nas quais a linguagem é usada.

Segundo Alkmin,

[...] a linguagem é, eminentemente, um fato social. Tem-se, frequentemente, repetido que as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam, e, em consequência disto, não há razões para lhes atribuir uma existência autônoma, um ser particular. Esta é uma constatação óbvia, mas sem força, como a maior parte das proposições evidentes. Pois, se a realidade de uma língua não é algo substancial, isto não significa

que não seja real. Esta realidade é, ao mesmo tempo, linguística e social (ALKMIN, 2004, p. 24).

Baseados nas citações e afirmações de autores e conscientes de que a linguagem nasce da necessidade de comunicação entre integrantes de uma comunidade, entendemos que a linguagem deve ser analisada e estudada pelos pressupostos da Sociolinguística, uma vez que esta procura compreender e analisar o comportamento linguístico do falante a partir do contexto social em que está inserido, ou seja, a linguagem nos transmite informações e meios de estabelecer relações humanas; portanto, não pode e nem deve ser desvinculada do contexto da interação social.

5 E A VIAGEM CONTINUA: A RELAÇÃO LINGUAGEM E IDENTIDADE

A linguagem, sendo parte integrante e constitutiva do ser humano, nasce da necessidade da comunicação e do entendimento entre os integrantes de uma comunidade, e essa comunicação é o que move a ação humana (ALKMIN, 2004).

Por outro lado, na condição de ser social, o homem necessita viver em sociedade e estabelecer relações com os outros indivíduos do seu grupo. O homem necessita da interação para sentir-se como existente e pertencente à sociedade. Segundo Bourdieu,

Existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, jurídica e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que assimile aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre a outra, da negação de uma identidade sobre a outra (BOURDIEU, 1989, p. 129).

O homem procura manter contato com outro em diversas circunstâncias de sua vida na tentativa de manter, com seu semelhante, relações tanto culturais quanto linguísticas com o objetivo de viver em sociedade. Nessa vivência societária, as relações se estreitam, uma vez que “linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável. Mais do que isso, podemos afirmar que essa relação é a base da constituição do ser humano” (ALKMIN, 2004, p. 21).

Da mesma forma, Calvet (2002, p. 12) afirma que “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”. Assim, apoiados em Labov (2008, p. 215), quando este afirma que “a língua é uma forma de comportamento social, ela é usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, ideias e emoções uns com os outros”, entendemos que cada ser humano apresenta características únicas que o outro reconhece, fazendo-nos, identitariamente, diferentes. Porém, há momentos em que a identidade é passível de contestação, principalmente quando a linguagem que utilizamos não é a mesma do outro; assim, somos questionados e nossa linguagem, às vezes, difere das dos outros, o que leva a conflitos linguísticos diversos.

Koch (1995, p. 24) afirma que “a linguagem é uma atividade social realizada com vistas à realização de determinados fins”. Amparados na autora, vemos que a linguagem é considerada um fato social oriunda de um indivíduo/falante social e individual que estabelece relação(ões) com o(s) outro(s) em interações, tanto linguísticas quanto culturais; por isso, se faz necessário estudá-la em seu contexto e não como objeto descontextualizado.

Assim, estudar uma língua e conseqüentemente sua linguagem não significa incorporar um conjunto de itens de vocabulário ou aprender e apreender um conjunto de normas para a estruturação de um enunciado. Significa estudá-los como objeto contextualizado, levando-se em consideração os interlocutores e as circunstâncias nas quais a língua e a linguagem são usadas. Nessas circunstâncias, a identidade dos falantes, por meio dos enunciados, transparece, uma vez que “cada

enunciado é para o falante um ato de identidade” (BORTONIRICARDO, 2005, p. 71).

A questão identitária está relacionada diretamente com aquilo que somos individualmente, com aquilo que somos perante a sociedade, com aquilo que os outros esperam que sejamos e, finalmente, com o que verdadeiramente queremos ser; ou seja, a identidade não se apresenta como pronta e acabada, mas está em constante construção e (trans)formação.

Frente a esse mundo globalizado em que vivemos, quem somos perante os outros está associado diretamente ao encurtamento de distâncias. Diante da constante miscigenação étnica e cultural e da acelerada transformação global, diferentes identidades se cruzam e se entrecruzam num ritmo tão acelerado que leva a uma crise da própria identidade, ou seja, já não se sabe mais *o que eu sou e quem eu sou*.

Segundo Hall,

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2006, p. 7).

Da mesma forma, Woodward (2008, p. 24) afirma que “as mudanças e transformações globais nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo colocam em relevo as questões da identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas”.

Silva (2004, p. 76-77), ao abordar identidade, diz que “além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma característica importante: elas são o resultado de atos de criação lingüística”. Dessa forma, as diferenças são necessárias para que a identidade se produza, sendo esses dois aspectos, portanto, interdependentes.

Também Damke (1998), em relação à construção do sujeito, diz que

A construção da identidade, pois, é resultado de fatores individuais, mas também depende de fatores coletivos, sociais. A formação e alteração da identidade em si já é um processo complexo, porém muito mais ainda é quando a identidade individual entra em choque com a identidade social do falante (DAMKE, 1998, p. 22).

Ainda sob o enfoque da identidade e sua construção, Rajagopalan afirma que

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior ou fora da língua. Além disso, a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas. Isso por sua vez significa que as identidades estão sempre num estado de fluxo (RAJAGOPALAN, 1998, p. 41-42).

O tema *identidade* tem sido amplamente discutido nos últimos anos. Vários autores, dentre os quais podemos citar Rajagopalan (1998), Bauman (2001), Moita Lopes (2002), Meliá (2006), Hall (2008), entre outros, discutem a questão da identidade na atualidade. Os autores citados comungam do pensamento de que devido à modernidade e à aproximação cada vez maior entre pessoas e culturas, não há uma identidade pura e única, e sim, identidades fragmentadas, diluídas, híbridas e em movimento.

A identidade, a partir da perspectiva dos Estudos Culturais, segundo Hall (2008), Silva (2008) e Woodward (2008), não mais se apresenta como pronta e acabada, mas é definida como fragmentada, não fixa, e em contínua (re)construção, transformação e aliçada na diferença em relação ao outro.

As identidades, ao passarem por esse estado de *fluxo*

(RAJAGOPALAN, 1998), se transformam constante e ininterruptamente pela própria e natural transformação da sociedade e pela própria cotidianidade. De acordo com Bauman (2001), a modernidade fragmenta e dilui o que antes era fixo e estável. Assim, saindo de um estado sólido para um estado de identidades líquidas, maleáveis e mutáveis, o falante adquire, ao longo de sua vida, na pós-modernidade, várias identidades. Woodward (2008, p. 4) afirma que as “mudanças nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo colocam em relevo as questões da identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas”. Essas mudanças fazem com que a identidade do ser humano entre em conflito consigo mesmo e com o *outro*, o que faz surgir “uma crise da identidade nas sociedades contemporâneas” (WOODWARD, 2008, p. 67).

As transformações pelas quais passam as sociedades afetam o ser humano, e constantemente questiona-se a própria identidade em relação à identidade do outro. As identidades, desse modo, são marcadas pela diferença (Hall, 2006) ainda mais quando, em um mesmo espaço geográfico, existem muitas pessoas e muitas culturas diferentes.

Essas diferentes identidades, quer pessoais ou profissionais, entram então em conflito com a identidade individual e a identidade coletiva, o que leva o ser humano ao constante estado de fluxo (RAJAGOPALAN, 1998). Moita Lopes, a respeito das identidades fragmentadas, afirma:

As identidades sociais têm sido descritas como fragmentadas, portanto, complexas, no sentido de que não são homogêneas. [...] Dependendo das relações de poder existentes exercidas em práticas sociais particulares, o mesmo indivíduo pode estar posicionado em identidades sociais contraditórias. [...] Elas estão sempre sendo construídas ou reconstruídas através dos esforços de construção de significado nos quais nos engajamos (MOITA LOPES, 2002, p. 138-139).

Com base nas afirmações dos autores, percebe-se que as identidades, ao passarem por esse estado de *fluxo* (RAJAGOPALAN, 1998), se transformam constante e ininterruptamente pela própria e natural transformação da sociedade e do cotidiano. Essas várias identidades, presentes nas várias esferas sociais, se fazem presentes no cotidiano, e o ser humano assume identidades diferentes, de acordo com a situação, o momento e de acordo com a esfera social em que está inserido.

A construção da identidade, portanto, não é algo pronto e acabado, que surge da noite para o dia, nem algo que vem unicamente do berço ou das relações familiares (DAMKE, 1998). A identidade, baseada nas afirmações dos autores, é construída e modificada constante e cotidianamente por fatores étnicos, religiosos, políticos, pessoais, culturais ou sociais que fazem parte da história de vida da pessoa e de sua relação com o outro.

6 A RELAÇÃO LINGUAGEM E SOCIEDADE: QUASE UMA CHEGADA?

A linguagem ocupa papel central na história da sociedade, não apenas por mediar nossas interações e relações, mas também por construir nossa história, nossa sociedade e nossa cultura, pois, reforçando o que diz Calvet (2002, p. 12), “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”, o que forma uma tríade na qual o homem se insere.

Sabedores de que a linguagem nasce da necessidade de comunicação entre integrantes de uma comunidade e esta, geralmente, se adequa conforme a necessidade e a funcionabilidade de seus usuários, podemos dizer que, para seu entendimento, é imprescindível a integração entre estrutura e acontecimento, este último entendido como o uso que se faz da linguagem no cotidiano das pessoas, no momento de sua interação, observando-se com quem, quando, como e onde a utilizamos.

A linguagem, para Bakhtin (2004), não é vista como sistema/estrutura, tampouco como enunciado único, isolado, e sim como um processo de interação verbal. Esse autor

[...] valoriza justamente a fala, a enunciação e afirma sua natureza social, não-individual: a fala está indissolvelmente ligada às condições da comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais (BAKHTIN, 2004, p. 14).

Nesse sentido, a interação se transforma em comunicação verbal, num discurso, e esta, por conseguinte, é constituída de enunciações, que são produtos das atividades verbais. Segundo Bakhtin (2004),

Com efeito, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor (BAKHTIN, 2004, p. 112).

Na perspectiva estruturalista, voltada ao seu sistema abstrato, e em relação à dicotomia língua *versus* fala, atividades de interação verbal não são fatores que merecem atenção. Contrapondo-se a Saussure (2003), que vê a língua como homogênea, Bakhtin (2004), concebendo a língua como uma atividade social heterogênea, rompe com a linguística tradicional saussuriana e anuncia uma nova concepção de linguagem, que não se apresenta como acabada. Essa concepção tem como eixo norteador a interação verbal e seu caráter dialógico, pois a língua se transforma constantemente pela própria pressão de seu uso cotidiano (BAKHTIN, 2004, p. 110).

Na visão bakhtiniana, a linguagem não é mais vista como um sistema abstrato, nem como enunciado isolado, e sim como interação verbal. Conforme afirma o autor,

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada

através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 2004, p. 123, grifos do autor).

Weedwood (2002), ao abordar conceitos de Bakhtin, afirma:

Para Bakhtin, a língua é (tal como para Saussure) um fato social, cuja existência se funda nas necessidades de comunicação. Mas contrariamente à Linguística saussuriana e pós-saussuriana, que faz da língua um objeto abstrato ideal (um “arco-íris imóvel sobre o fluxo da língua”, como escreve Bakhtin), que se consagra à língua como sistema sincrônico homogêneo e rejeita suas manifestações (a fala, *parole*) como individuais, Bakhtin enfatiza precisamente a fala, a *parole*, a *enunciação*, e afirma sua natureza social, não individual: a *parole* está indissoluvelmente ligada às condições de comunicação, que são sempre ligadas às estruturas sociais (WEEDWOOD, 2002, p. 152).

Diante dessas considerações, para garantir um entendimento mais amplo e a realização do processo de comunicação, um enunciado não pode ser analisado apenas na perspectiva saussuriana da linguagem enquanto sistema, mas se deve levar em conta também a perspectiva sociolinguística, ou seja, o enunciado deve ser analisado numa amplitude que ultrapassa o sistema estrutural, levando-se em conta as condições de comunicação, entendidas aqui como: quem fala, onde se fala, para que se fala e de onde se fala. Desta feita, a intencionalidade do falante será, de fato, efetivada com sucesso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseados na perspectiva de que linguagem e sociedade mantêm entre si uma relação indissociável e de que essa relação constitui o ser humano como ser social, foi apresentado, neste artigo, uma breve trajetória da história da língua e linguagem e

o percurso destas, no que tange às concepções de análise, desde a Antiguidade até o século XX, com o objetivo de fazer ver que sua interpretação e seu entendimento não podem limitar-se aos postulados que conferem à linguagem a noção de estrutura/ sistema, mas devem levar em conta a perspectiva dialógica e social.

Diante do exposto, a linguagem deve ser analisada em seu contexto, levando-se em conta com quem, como, quando e onde a interação ocorre, uma vez que só pode ser entendida no contexto social da interação verbal.

A viagem dos estudos da linguagem, com certeza, não para aqui. Com base na Sociolinguística, se define a língua/ linguagem como um sistema que se transforma de acordo com quem a usa, para que, para quem, quando e em que contexto o faz. Por isso, sempre novos estudos e novas abordagens da língua deverão surgir, e assim a viagem deverá continuar. Parodiando Calvet (2002, p. 12), podemos dizer que as línguas só existem porque há pessoas que as falam e suas histórias estão ligadas entre si de modo incontestável, pois não há línguas sem homens, e muito menos homens sem línguas.

REFERÊNCIAS

- ALKMIN, T. M. Sociolinguística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 21-47.
- BAKHTIN, M. (V. N. Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem* [Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira]. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegamos na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. [Trad. Fernando Tomaz]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CALVET, J-L. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CÂMARA Jr., J. M. *História da Linguística*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- CEZAREO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA,

- M. E (Org.). *Manual de Lingüística* São Paulo: Contexto, 2010.
- CORBARI, A. T.; SELLA, A. F. Durkheim x Saussure: um estudo interdisciplinar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE CIÊNCIAS HUMANAS, 1, 2006, Marechal Cândido Rondon. *Anais...* Cascavel: Scussiatto, 2006, p. 208-210.
- COSTA, M. A. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, M. E (Org.). *Manual de Lingüística* São Paulo: Contexto, 2010, p. 113-126.
- DAMKE, C. Variação lingüística e a construção do sujeito. In: JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, 1, 1998, Marechal Cândido Rondon. *Anais...* Marechal Cândido Rondon: Escala, 1998.
- _____. Linguagem e Ideologia. *Letras & Letras*, Cascavel, n. 1, p. 19-25, 1992.
- EAGLETON, T. *Teoria da Literatura* uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FARACO, C. A. *Lingüística histórica* uma introdução ao estudo da história. São Paulo: Parábola, 2005.
- HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença* a perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HORA, D. da. *Estudos sociolingüísticos*: perfil de uma comunidade. João Pessoa: UFPB/BC, 2004.
- KOCH, I. G. V. *A interação pela linguagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995.
- LABOV, W. *Padrões sociolingüísticos* [Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso]. São Paulo: Parábola, 2008.
- MELIÁ, B. Identidad en movimiento sustituciones y transformaciones. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE CIÊNCIAS HUMANAS, 1, 2006, Marechal Cândido Rondon. *Anais...* Cascavel: Scussiatto, 2006, p. 6-8.
- ORLANDI, E. P. *O que é Lingüística* São Paulo: Brasiliense, 1992.
- PEITTER, M. Linguagem, língua, lingüística. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução a Lingüística* Contexto: São Paulo: Contexto, 2010, p. 11-24.
- RAJAGOPALAN, K. O conceito de Identidade em lingüística: é chegada a hora de uma consideração radical? In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade*: elementos para uma discussão no campo aplicada. São Paulo: Mercado das Letras, 1998, p. 21-45.

- RIEDEL, M. *Manual prático de iniciação à análise científica* Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1981.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. [Trad. Antonio Cheini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein]. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- WEEDWOOD, B. *História concisa da lingüística* [Trad. Marcos Bagno]. São Paulo: Parábola, 2002.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 7-72.